

# A VENDA DAS BARRAGENS DA EDP À ENGIE

Artigo de opinião publicado no

Portal da ACEC – Associação Círculo de Estudos do Centralismo ([acec.pt](http://acec.pt))

Luís Mira Amaral<sup>1</sup>, em 7 de agosto de 2023

Estamos a falar duma transação de seis barragens: Miranda, Picote e Bemposta, as mais antigas, perto da fronteira com Espanha, de fio de água e portanto sem albufeira com capacidade de armazenamento de água, e as mais recentes, Foz Tua, Baixo Sabor e Feiteiro, que têm albufeira com capacidade de armazenamento.

Miranda, Picote e Bemposta são uma referência para os engenheiros civis e electrotécnicos da minha geração que se interessaram pela hidroelectricidade, sobretudo para aqueles que como eu foram engenheiros da EDP. Eu próprio, ao entrar em 1975 para a então CPPE que depois deu lugar à EDP, estagiei nessas barragens, ficando a conhecer a bacia hidrográfica do Douro, quer no Douro Nacional quer no chamado Douro Internacional.

A EDP vendeu estes activos à Engie, empresa francesa, por 2,2 mil milhões de euros, ganhando com esta transação a Engie acesso a centrais hidroeléctricas que lhe possibilitam ter alguma escala na produção de electricidade em Portugal, embora a EDP continue após a venda a dominar a produção hidroeléctrica nacional em grandes barragens, agora acompanhada pela Engie e pela Iberdrola com três barragens no Alto Tâmega. Contudo, como temos o Mercado Ibérico da Electricidade, o MIBEL, o mercado relevante para analisar concentrações de produção eléctrica já não é o nacional mas sim o ibérico e neste poderemos dizer que para a grande produção hidroeléctrica no MIBEL tínhamos um oligopólio formado pela EDP, Iberdrola e Endesa, ao qual se junta agora a Engie.

Em 2011 eu tinha escrito um artigo no Expresso, alertando para o grande endividamento da EDP com um rácio NET DEBT/EBITDA superior a 4, quando os seus principais concorrentes, os *peers* na designação anglosaxónica, andavam com rácios inferiores a 2. Também dizia que a EDP tinha ido ao mercado angariar dívida para pagar dividendos aos acionistas! Isso teria consequências a prazo, designadamente na venda de activos para reduzir dívida, o que a EDP está a fazer sob o sofisticado termo de rotação de activos...

Mas porque é que essa transação levantou grande celeuma?

A EDP tinha conservado esses activos mais antigos através da extensão do domínio público hídrico feito à empresa sem concurso público em nome do interesse nacional, uma vez que

---

<sup>1</sup> Engenheiro Electrotécnico (IST) e Economista (MSc NOVASBE)

Ministro da Indústria e Energia (1987-95)

a EDP era o operador nacional e um concurso público poderia levar à passagem para um operador estrangeiro da gestão desse recurso nacional que são os recursos hídricos. Tal decisão começou no governo PSD/CDS de Santana Lopes e foi confirmada no governo PS de José Socrates, onde foram feitas as avaliações para o pagamento pela EDP dessa extensão do domínio público hídrico. Tais avaliações levantaram celeuma na altura, tendo uma Directora da REN contestado o valor baixo em sua opinião de tais avaliações. Houve pois um amplo consenso dos três partidos CDS, PSD e PS nesta decisão.

Depois, quando fui à Comissão Parlamentar de Inquérito às Rendias Excessivas dos Produtores de Electricidade, apareceu-me um assessor do Grupo Parlamentar do PSD muito preocupado a perguntar-me se eu ia questionar a decisão de atribuição à EDP da extensão do domínio público hídrico sem concurso público. Eu tranquilizei-o, disse-lhe que não o ia fazer pois compreendia as razões de interesse público e que se fosse eu o governante teria provavelmente feito o mesmo.

Qual não é então o meu espanto quando vejo num governo Costa a dupla Matos Fernandes/Galamba autorizar a venda à Engie das barragens que a EDP mantinha pela extensão do domínio público sem concurso público. Na minha óptica, aquilo que a EDP tinha recebido sem concurso público e em nome do interesse nacional, não poderia depois ser vendido no mercado a um operador estrangeiro, esquecendo agora o interesse nacional! Havia aqui uma restrição pois a extensão do domínio público não tinha sido obtida em mercado por um processo concorrencial. Essa dupla deveria pois ter vetado a operação! Segundo a imprensa terá havido na altura uma Directora da APA que defendeu o mesmo, propondo o veto do governo mas tal não teve vencimento. Na altura, tentei sensibilizar o PSD, partido que também tinha sido responsável pela extensão do domínio público hídrico sem concurso público, para a incoerência da decisão governamental mas como vem sendo habitual o PSD não me ligou nenhuma, alinhando sempre com o PS e os seus governos nas questões energéticas!

Isto parece-me uma autêntica República das Bananas pois temos um poder político que autoriza (e bem) em nome do interesse nacional a atribuição da extensão do domínio público a um operador nacional e depois (muito mal) esquece o interesse público e autoriza o operador nacional a vender no mercado a um operador estrangeiro com significativas mais valias activos que tinham sido conservados na sua posse ao abrigo dessa extensão do domínio público hídrico sem concurso público. O PS e o PSD ficam muito mal no retrato!

E em complemento disto tudo há a dimensão fiscal da operação. Como é habitual nas grandes empresas, também a EDP tem consultores fiscais que sabem fazer a optimização fiscal das transações em proveito das mesmas. É a chamada eficiência fiscal, às vezes praticada na fronteira da lei. Também neste caso a EDP usou um complexo sistema com a criação de novas empresas para fazer essa eficiência fiscal. Não tenho o mínimo de

competência na área fiscal para me pronunciar sobre a legalidade da engenharia fiscal montada pela EDP para a venda à Engie destas barragens mas compreendo a reação das populações do Douro quando assistem a uma operação que proporciona significativas mais valias e não recebem através da via fiscal um justo retorno pelo facto desses activos estarem nas terras em que vivem.

Não sou regionalista nem nunca alinharei nessa (a meu ver) tentativa artificial de regionalização política do Continente mas o poder político central não se pode esquecer da justa compensação às populações locais pela exploração de activos nas suas regiões, tais como barragens, outras centrais eléctricas ou minas.